

Ramis Barceló, Rafael. *La Segunda Escolástica: Una propuesta de síntesis histórica*, Madrid: Editorial Dykinson (Historia de las Universidades, 78), 2024, 443 pp. ISBN: 978-84-1070-165-6

Embora os seus campos de interesse académico e investigativo se estendam a domínios como a história do pensamento jurídico moderno, do direito natural, das ideias e instituições hispânicas, das Universidades (especialmente na Coroa de Aragão) a Ramon Llull e ao Lulismo, o autor da presente monografia, professor Rafael Ramis Barceló (doravante RR), não necessita de apresentações. Sobretudo para aqueles especialistas europeus que se interessam pela área dos estudos da habitualmente chamada “escolástica”, sendo, apesar de tudo, impossível não deixar de referir o mais recente catálogo que RR acaba de publicar sobre atos e graus em Alcalá. Professor de História do Direito na Universidade das Ilhas Baleares (2010), RR assumiu a docência de História do Direito e das Instituições nessa universidade, a partir de 2022. Tendo algumas das suas investigações passado pelos arquivos de Londres, de Roma, de Munique, de Freiburg, ou ainda do Instituto Max-Planck de História do Direito Europeu, em Frankfurt, a leitura de *La Segunda Escolástica* deixa-nos facilmente perceber que o nosso autor, doutorado em Direito (Universidade Pompeu Fabra de Barcelona), continua de alguma forma fiel à consolidação da sua formatura de base, com extensões à Filosofia, Literatura Comparada, Ciência Política, Sociologia e História.

De facto, apesar de se anunciar, e bem, como uma “proposta de síntese histórica” (a ser lida, por conseguinte do geral para o particular), a característica que confere originalidade a *La Segunda Escolástica* é a atenção concedida à história sociológica e institucional em detrimento da habitual tónica filosófica ou teológica que domina os livros deste jaez, alguns dos quais RR apresenta no início do seu estudo. Creio, por isso, que vale a pena citar o modo como o autor vê a especificidade do seu empreendimento: “... como historiador de las universidades, tiendo a ver la escolástica no tanto como um sistema de grandes autores, sino como un conjunto de escuelas. Me interesa analizar la escolástica en acción: cómo, cuándo, qué, por qué y por quién se enseñó. El análisis de las cátedras universitarias y de los cursos escolásticos colegiales y conventuales proporciona outra mirada, de corte más sociológico que filosófico-teológico.” (p. 16). O horizonte a que chega este tipo de metodologia dita “sociológica” varia, no entanto, entre a fixação do registo histórico e a análise fluida de uma “escolástica en acción” — uma magnífica expressão, não obstante encerrar algo de problemático. Designadamente porque RR não se exime a fixar definições, e cronologias, ao mesmo tempo que reconstrói um estudo diacrónico. Não me cabe aqui discutir toda a problematicidade que um tal horizonte de leitura e metodologia de duplo movimento de fixação e percurso arrasta consigo, apesar do que a respeito de um título meu direi adiante, deixarei, evidentemente, por discutir todas as posições críticas relativas à pregnância histórica da categoria “escolástica”, que perpassam desde Descartes, Bacon, F. Ueberweg, B. Geyer, de Rijk, K. Flasch até Marco Forlivesi, entre outros. Desejo, outrossim, congratular-me com as propostas de RR de evidente vinco e contorno histórico e que neste seu livro se apresentam com clara utilidade para se encetar uma investigação ou dissipar um vago conhecimento. Eis,

então, uma brevíssima apresentação. Após abordar os antecedentes da “segunda escolástica” (pp. 55-79) – aqui entendida como “escolástica católica da época moderna” (para a distinguir da “escolástica moderna” interconfessional – e antes de uma epílogo incursão sobre a passagem da segunda à terceira escolástica (pp. 315-347), a cadência de *La Segunda Escolástica* concretiza-se numa repartição da noção de “segunda escolástica” em períodos históricos, quais: dos inícios (1507/17-1607/17) a um segundo período (até 1665/70) e a um terceiro (que se encerra em 1670/73), períodos estes que, mercê da original perspectiva de trabalho de RR que já referi, comparecem sob o prisma de um muito sugestivo dinamismo e inesperada diversidade (o termo “inesperada” é escrito a pensar nos estudiosos menos atentos). Incontestavelmente, RR submete-se ao cuidado da periodização, e cada um dos três grandes períodos históricos em que se espraia a divisão da segunda escolástica é, por sua vez, subdividido em etapas. A vantagem didática é inegável e, podemos imaginá-lo, compagina-se com o que parece ser a preocupação, o exercício e experiência de RR enquanto docente. Exemplifico a pedagógica obsessão com o caso do primeiro período: uma primeira etapa (1512/17-1545) marcada por uma deslocação geográfica, o ensino da teologia positiva, o nascimento da teologia controversial, a crise do escotismo, o declínio do nominalismo e o entrenchamento do tomismo; uma segunda (1545-63), pelo debate sobre a filosofia aristotélica, por Trento, pelo tomismo salmantino, pela constituição da Companhia de Jesus e pelo combate da escolástica frente a outras manifestações da teologia; e uma terceira etapa (1563-1617), por fim, identificada pelas “metamorfoses das vias medievais e da escola jesuíta”, o nascimento das novas disciplinas, a contenda sagrada Escritura e mística e as “polêmicas” do bayanismo e “de auxiliis” nomeadamente. Basta, ainda a título de exemplo, o caso da história do primeiro período da segunda escolástica avançado por RR, para nos apercebermos da aquisição, mas também dos problemas, que a metodologia “sociológica” promove e apresenta. Repito: a sua principal vantagem passa por patentear a variedade e riqueza que surpreende os leitores menos conhecedores. Resulta igualmente daqui o reclame de um imperativo epistémico, a saber, o de que, consequentemente, uma tal imagem variegada comece a fazer parte integrante das histórias da filosofia, da teologia ou do direito ocidentais, não obstante ou apesar das subtilidades com que as identidades “de escola” – e de que RR é tão cioso quanto minucioso – então eram reivindicadas. A “segunda escolástica” não é, portanto, um capítulo menor da história do pensamento ocidental, mas um difícil e exigente período que exige ou que obriga os e as estudiosas a um capital de inexcedível ciência, a recursos de demorada paciência, e ao desafio de um pensar humano que então foi levado à exaustão mais barroca, concitando, por isso, dos leitores dos nossos dias os limites do próprio pensar, da sua gramática e da sua disciplina. Isto é o mesmo que dizer que ninguém pode estar diante destes limites sem simultaneamente ter a coragem de os confrontar crítica e exigentemente. Numa palavra: de toda esta síntese histórica, tão ricamente debruada, resultará sempre o imperativo e a coragem de permanentemente nos interrogarmos se as chamadas “escolásticas” – recorde que um dia ousei a provocação de que se passasse a falar de “anescolástico” como vigilância perante o sincretismo das “escolas” e os seus habitantes (cf. *O Problema da Habitação*, Coimbra, 2002, p. 35) – “resultará sempre o imperativo”, dizia, de nos

interrogarmos se estamos perante um formalismo inócuo ou estéril cultor da vertigem das subtilezas (a que a *Encyclopédie* deu pejorativo eco bem cedo) ou antes perante a fulguração de um pensar minucioso da discreta singularidade, tão atento à diferença que enriquece, quanto impeditivo da generalização que uniformiza, como poderá ser característico, neste último, caso, atrevo-me a dizê-lo, um quarto período escolástico, qual o que atravessamos neste século XXI, em que “escola” e “atividade rigorosa de pensar” parecem diminuir em razão da aceleração do tempo. Mas retomemos o fio da meada, para, após ter louvado o mérito, a qualidade e a oportunidade de *La Segunda Escolástica* e da sua inovadora metodologia – e incompletamente o fiz –, me deter apenas em alguns problemas que julgo entrever, ou melhor, à volta dos quais gostaria de dialogar e, num amanhã, aprofundar. Em consonância com a produtividade do método que adotou e explorou de maneira informada e inteligente, RR convoca inevitável e compreensivelmente os recursos do “argumento sociológico” (p. 20) ou “retrato de família” (p. 23), como esteio do seu trabalho. Tal convocação faz mais do que sentido, naturalmente. Todavia, e mesmo tendo em consideração que o método de leitura (ou consulta) desta obra deve caminhar do geral para o particular e não o inverso, imaginemo-nos a querer fazer o percurso do particular para o geral. Nomeada e interessadamente, tentemos começar pelo tema e período que mais nos interessa, enquanto portugueses, e avaliemos o resultado. Um dos zénites da nossa história filosófica prende-se, seguramente, ao ambiente que deu ao prelo o denominado *Curso Jesuíta Conimbricense* (a seu respeito, vd. www.conimbricenses.org) e que, passando por Fonseca e Molina, e sem se esquecer a deriva e contributos eborenses, se poderia encerrar no Suárez que termina os seus dias ensinando teologia em Coimbra. Também como historiador deste período, estou consciente da fragilidade do agrupamento ou “ar de família” jesuíta que acabo de traçar, designadamente pela mescla de teologia e filosofia, de teologia moral e de teologia jurídica (penso nas propostas da dupla Lanza/Toste a respeito da situação epistemológica de Évora no seu *distingo* relativamente a Salamanca) e, por fim, pelo facto de qualquer “ar de família” depender sempre do estado dos estudos e da investigação (e dela padecer, para ser mais rigoroso). Ora, RR aborda aquele zénite no primeiro apartado (pp. 117-137) da apresentação da terceira etapa do primeiro período – recorde tratar-se dos anos 1563-1607/1617, os das “metamorfoses das vias medievais e a escola jesuíta” –, quer dizer, descendo mais ao pormenor, na quarta etapa (“La configuración de las tendencias en la Compañía de Jesus”, pp. 127sg.) das cinco divisões identitárias em que o apartado se desenha, a saber: o desvanecimento do averroísmo e do nominalismo (pp. 118sg.), o desenvolvimento do tomismo (pp. 119sg.), a recuperação do escotismo, o bonaventurismo e a escolasticização do lulismo (pp. 123sg) e o platonismo universitário (pp. 135sg.). Entrando um pouco vez mais no apartado que nos concerne, Fonseca e os conimbricenses, Luis de Molina e Francisco Suárez, sucedem-se num elenco que passa igualmente por Belarmino e o Colégio Romano, Gregório de Valencia e por Gabriel Vasquez. Um tal contexto é corretíssimo e nada hermeneuticamente infecundo é, também, o facto de tal constelação se enquadrar nas quatro restantes, já acima enumeradas por mim. Todavia, algumas sínteses filosóficas e teológicas padecem da metodologia e do próprio perfil desta obra de RR. Eis alguns exemplos que nos dizem respeito. Suárez (pp. 132sg.),

por exemplo, cuja obra (sobretudo a póstuma) atravessa, aliás, o segundo período (leiam-se, por isso, as pp. 156sg.), surge-nos apertado entre o tomismo e o molinismo; enquanto Molina (pp. 129sg.), “en quien se acumulaba el poso humanista de la Compañía” parece surgir de forma mais feliz porquanto “enfaticaba la libertad humana y, sobre todo, la total responsabilidad de la persona humana, cuyo dinamismo, libertad espiritual (a partir del espíritu ignaciano de ‘indiferencia’) y capacidad de elección se fundamentaban en la madurez reflexiva del hombre (...) ‘moderno’” (p. 130). Passando agora a Fonseca e aos chamados conimbricenses (pp. 127sg.), imprecisamente unidos, posto que ora se lê que “Fonseca (...) concibió la idea de un *Cursus Conimbricensis...*” (p. 127), ora que este último apareceu “en paralelo a la obra de de Fonseca” (p. 128), o retrato de ambos fixa-se como conclusão da “absorción escolástica de los ideales humanistas (por la fijación textual, la elegancia en el comentario y la atención a la historia de la exégesis conceptual), en lo que constituía una excepcional herramienta de trabajo.” (p. 129) Não seria fácil, talvez nem possível, num tão alargado leque temporal e com tantos e tantos protagonistas, conseguir a melhor e a mais atualizada síntese a respeito dos contributos destas figuras para a terceira etapa do primeiro período da segunda escolástica. Sequer situá-las sob a melhor e mais atualizada investigação. Por exemplo, as minhas averiguações acerca das discussões em Coimbra sobre o mais adequado ângulo epistemológico para se iniciar um curso filosófico levam-me a suspeitar do paralelismo acima proposto (p. 128). Seja como for, em nome da verdade, e como recordei acima, o próprio RR tem consciência das eventuais assimetrias advenientes da perspetiva formal da sua indagação e metodologia, e assume-as explicitamente. Mas qualquer leitor ou leitora mais interessada num autor, numa escola ou numa determinada querela ou temática tem de estar de sobreaviso quanto à ameaça do desapontamento, sempre a espreitar, sobretudo se, em vez do ângulo mais proveitoso de leitura, do geral para o particular, optar por ler *La Segunda Escolástica* passando do particular para o geral. Desapontamento que pode advir tanto por causa das sínteses dos respetivos conteúdos quanto da omissão de autores – nomeadamente portugueses, para o nosso caso – como v.g. Álvaro Gomes ou Heitor Pinto, entre muitos outros mais; acolhidos na obra são, v.g., Henrique Henriques, António Cordeiro, Silvestre Aranha, Inácio Monteiro, José da Expectação, João Baptista, e João de São Tomás, sobre o qual aproveitamos esta ocasião para publicitar o recente lançamento da série web, agora dirigida por um ex-aluno nosso, “*Studia Poinsettiana*” (<https://www.uc.pt/fluc/ief/publica/poinsettiana/>). Depois, fica por tocar o problema de saber se, e em que medida, a expansão marítima dos dois povos ibéricos chegou ou marcou a segunda escolástica (veja-se a este respeito, v.g. o contributo de Cristóvão Marinho ao volume editado por M. Berbara e K. Enenkel em 2012 pela Brill). Ou a pergunta sobre se o que é dito a respeito da psicologia de Francisco de Toledo (p. 144) não podia ser afirmado também sobre a de Manuel de Góis (para este campo teórico, e designadamente por se ocupar em muito com a denominada “escolástica reformada”, costume indicar a leitura da obra que Salatowsky publicou já em 2006, *De Anima: Die Rezeption der aristotelischen Psychologie im 16. und 17. Jarhundert*). Numa obra com tamanha envergadura, ambição e objeto, seria uma enorme injustiça da minha parte demorar-me nas lacunas. Porque elas sempre existirão, leiam-se as sugestões ou perguntas

que acabo de apresentar, tão-só como um apontamento sobre o que não se pode ir beber em *La Segunda Escolastica*. Dito isto, que aliás em nada belisca o mérito da obra, enquanto instrumento de consulta e pela “proposta de síntese histórica” que oferece, mais no plano socioinstitucional do que filosófico-teológico, gostaria de terminar expressando da forma mais clara possível que com a sua publicação (também em acesso aberto, como soe dizer-se agora) este precioso e utilíssimo título de RR passa de imediato a ser uma obra de trabalho imprescindível para quem quiser conhecer melhor – ou começar a conhecer, posto que as qualidades didáticas da obra são mais do que evidentes, repito – os meandros, as marcas e os perfis variegados deste grande período da filosofia, da teologia, do direito e da moral, aqui narrados “en acción”. Numa palavra só: RR acaba de nos oferecer uma obra de maturidade, de nos brindar com um exemplo de investigação lenta e sólida (e sólida porque lenta e demorada), um urgente e exemplar contraponto a tanta, tão volátil e superficial literatura e ridícula pesquisa adrede à espuma, à vaidade e à denunciável e desumana escravatura sob a lei do “publish or perish”. Uma extraordinária e demorada bibliografia (pp. 367-435), na qual não pudemos vislumbrar os títulos de José Pereira sobre Suárez, ou de Ricardo Quinto e Rolf Schonberger, sobre a escolástica, fecha este inestimável e nunca por demais elogiável trabalho, assaz repleto de informações e minúcias jorrando em catadupa. Infelizmente, porém, *La Segunda Escolastica* saiu do prelo sem *index nominum*, uma omissão justificada editorialmente pelo autor (p. 24) ao secundarizar a publicação em papel em detrimento da edição na rede (PDF, internet e acesso livre). É uma pena, pois tamanha é a cópia de autores referidos, citados ou estudados, conforme acabei de referir. Mas é um sinal dos tempos.

Mário Santiago de Carvalho

Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras
Unidade de I.&D. “Instituto de Estudos Filosóficos”
Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação
carvalhomario07@gmail.com

0000-0002-8257-9962

DOI: https://doi.org/10.14195/0872-0851_66_9